



11.

ATA

Aos dezassete dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezanove, no Salão Paroquial de Atães, na União das Freguesias de Atães e Rendufe, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores Adelina Paula Mendes Pinto, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Fernando José Barros Pacheco Seara de Sá, Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, António Monteiro de Castro e Hugo Miguel Alves Ribeiro que substituiu a Vereadora Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, nos termos do art.º 79º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro. Os Vereadores André Guimarães Coelho Lima e Bruno Alberto Vieira Fernandes chegaram mais tarde estando a sua entrada assinalada. ---- Não compareceram os Vereadores Paula Cristina dos Santos Oliveira e Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo, cujas faltas foram consideradas justificadas. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----

O Presidente da Câmara saudou todos os presentes, em especial o Presidente da Junta da União das Freguesias de Atães e Rendufe, Patrício Araújo, e restante executivo. Saudou, ainda, o Deputado da Assembleia da República, **Luís Soares**, o Presidente da Assembleia de Freguesia, **Rui Castro** e restantes Membros da Assembleia de Freguesia; o Pároco de Atães, **Domingos Oliveira**; o Pároco de Rendufe, **Dinis Bhalrai**; o Presidente do Conselho de Administração da Vimágua, **Armindo Costa e Silva**; o Presidente do Conselho de Administração da VITRUS, **Sérgio Castro Rocha**; a Coordenadora da Escola EB1 da Vinha, a **Professora Marisa Sousa**; o Chefe

do CNE de Atães (Agrupamento 1020), **Joaquim Ribeiro**; o Chefe do CNE de Rendufe (Agrupamento 1132), **Martinho Ribeiro**; o Administrador da empresa “Ribeiro & Matos”, **Manuel Ribeiro**; o Administrador da empresa “Artecanter”, **Dinis Ribeiro**; o Administrador da empresa “JAF – Energias Renováveis”, **José Cardoso**; os Presidentes de Junta de Freguesia; os ex-Presidentes de Junta de Atães e Rendufe: **Bento Ribeiro, Fernando Alves e José Poças**; a equipa técnica da Câmara Municipal que apoia esta reunião de Câmara; a comunicação social e os habitantes de Atães e de Rendufe. ----

De seguida, o Presidente da Câmara anunciou que iriam atuar os alunos da EB 1 de Vinha, Atães, com a interpretação de um tema musical. -----

Terminada a atuação, o Presidente da Câmara agradeceu a presença dos professores e alunos da EB 1 de Vinha, tendo, de seguida, passado a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Atães e Rendufe, Patrício Araújo, que fez a sua intervenção lendo, em voz alta, um texto cujo teor a seguir se transcreve: “Exmo. Sr. Presidente; Srs. Vereadores; Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia; Srs. Presidentes de Junta aqui presentes; Srs. Ex Presidentes de Juntas de Freguesias; Sr. Presidentes da Vimágua; Sr. Presidente da Vitrus; Srs. Padres; Srs. Chefes de Escuteiros; público aqui presente; comunicação social. É com enorme orgulho e satisfação que recebemos pela primeira vez nesta União de Freguesias uma reunião de Câmara descentralizada. Trazer o quotidiano do Município, todo o executivo, junto das populações é de facto uma grande obra. Senhor Presidente, permita-me esta oportunidade para falar um pouco sobre esta ordem de trabalhos que hoje se submete à aprovação: a requalificação da Rua Sra. da Guia, em Atães, a Rua 24 de junho, em Aldão, a ponte do rio Selho e a rotunda que segue depois para Penselo. São grandes intervenções que serão efetuadas! É uma grande obra! É uma obra que serve todo o vale de São Torcato! É trazer a cidade às freguesias! Senhor Presidente, o



1.

mandato ainda vai a meio! Muito obrigado por todo este crescimento quer em Atães, quer em Rendufe. Nunca ninguém fez tanto. Palavra dada é palavra honrada! Assim se representa Guimarães. Assim se representam as freguesias. Obrigado.” -----

Pelas 10:20 horas chegaram os Vereadores André Coelho Lima e Bruno Fernandes. -----

De seguida, o Presidente da Câmara passou a palavra ao Chefe da Divisão de Estudos e Projetos da Câmara Municipal, Arq.º Artur Corte-Real, que fez a apresentação das intervenções previstas executar na zona da União de Freguesias de Atães e Rendufe, designadamente o reperfilamento de um tramo na EN 207-4 (S. Torcato - Selho S. Lourenço), a requalificação da Rua 24 de Junho e Ponte sobre o rio Selho, em Aldão, e o reperfilamento da rua Nossa Senhora da Guia, em Atães. -----

Terminada a apresentação, o Presidente da Câmara perguntou se alguém pretendia colocar questões sobre os projetos apresentados, tendo o **Vereador António Monteiro de Castro** usado da palavra, começando por elogiar as intervenções em causa, colocando, contudo, um conjunto de questões, designadamente a ausência de uma ciclovia e de um tramo de ligação a S. Torcato, principal elo desta área do concelho à cidade. -----

Sobre esta intervenção o **Presidente da Câmara** disse, quanto à ciclovia, que se tratava de uma opção política, explicando que a Câmara Municipal defende a construção de percursos cicláveis segregados sempre que tal é possível, opção que disse privilegiar. Contudo, explicou que com o reperfilamento projetado será possível um percurso partilhado podendo a bicicleta ser sempre usada de acordo com sinalética a instalar. Quanto à ligação a S. Torcato, disse que os recursos financeiros são limitados, acrescentando que a soma do investimento em obras públicas aprovado na última reunião de Câmara com o que será aprovado na reunião de hoje

ascende a cerca de 8 milhões de euros, sendo, por isso, necessário fazer escolhas. Reconheceu a importância de se executar uma intervenção profunda desde a rotunda da Volta do Pedroso até S. Torcato, para o que é necessário diligenciar a aquisição de terrenos, tendo dado já indicações nos serviços da Divisão de Estudos e Projetos para que se possa dar início à elaboração do projeto. Aproveitou para dizer que as intervenções a executar brevemente no concelho (Fermentões, Penselo e Vale de S. Torcato) são de grande qualidade e que, por isso mesmo, se demoraram um pouco mais, defendendo que, após a conclusão, os cidadãos vão concordar que a espera valeu a pena. -----

De seguida, o Presidente da Câmara anunciou que iria ser apresentado o projeto da Casa Mortuária, pelo seu autor, Arq.º Júlio Silva, e pelo Presidente da Junta da União das Freguesias de Atões e Rendufe. -----

De imediato, o Presidente da Câmara informou que iria ser apresentado, pela Bloom Consulting, através de Filipe Roquete, o Plano Estratégico do Turismo de Guimarães 2019/2029. -----

Terminada esta apresentação, o Presidente da Câmara perguntou se algum vereador queria apresentar qualquer questão, tendo o **Vereador André Coelho Lima** usado da palavra, dizendo ser importante que a Câmara Municipal tenha uma estratégia em termos de turismo, defendendo que Guimarães é manifestamente uma cidade com potencial turístico, ainda que considere deve que poderia retirar mais vantagens do turismo. Não discordando da ideia central, advertiu para o erro de se fazer um programa para o cliente (comprador do produto) e não para o turista (comprador do destino). Disse ter sido feito um levantamento muito positivo que, na sua opinião, terá ficado um pouco aquém. A propósito da curta estadia na cidade, referida como um obstáculo ao desenvolvimento do turismo em Guimarães, mencionou a cidade de Siena, em Itália, onde nenhum operador



A..

turístico entra no Centro Histórico sem ser autorizado pelo Município, o que considera ser uma forma de retenção do turista. Sobre a “garra vimaranense”, lembrou a expressão usada pelo ex-Presidente da República, Jorge Sampaio, “patriotismo de cidade”, ao defender que em Guimarães se sente um patriotismo de cidade que não se sente noutros locais, sem que, na sua opinião, isso comporte uma carga pejorativa, tal como a “garra vimaranense” defendida no presente estudo também não contém. Disse ser importante não correr o risco de mostrar para fora aquilo que nos orgulha e que para os outros não é assim tão importante. Reportando-se, ainda, à curta estadia e concentração no centro da cidade, defendeu a instituição de cinco pontos fortes concelhios, o primeiro dos quais deveria ser a Citânia de Briteiros, primeiro povoado organizado na zona da Península Ibérica. Relativamente à perda de notoriedade junto dos mais jovens como obstáculo a ultrapassar, sugeriu a criação de três eventos anuais, apontando como exemplo dessa dimensão as Festas Nicolinas. Aproveitou para dizer que, após a Capital Europeia da Cultura 2012, deveria ter sido feito um investimento diferenciador na Plataforma das Artes, por forma a captar o turista interessado em arte contemporânea. Por último, disse ser importante uma estratégia com os operadores turísticos e com a hotelaria para que o turismo assuma um peso relevante na economia local. Terminou, felicitando o trabalho e o diagnóstico apresentado. -----

O **Presidente da Câmara** elogiou também o trabalho desenvolvido, assim como a iniciativa da Vereadora Sofia Ferreira que propôs a realização deste trabalho que vai de envolver toda a comunidade vimaranense. -----

-----**VOTO DE PESAR**-----

O **Presidente da Câmara** submeteu à consideração dos presentes a votação de um Voto de Pesar, de acordo com o texto que a seguir se transcreve, o que foi aceite por unanimidade. -----

VOTO DE PESAR – PROFESSOR FREITAS DO AMARAL – Presente a seguinte proposta: “Faleceu no passado dia 3 de outubro Diogo Freitas do Amaral, figura de referência da vida pública nacional, académica e política, com fortes raízes em Guimarães. Nasceu na Póvoa de Varzim, cidade residência dos seus avós maternos, mas sempre se considerou vimaranense pelas ligações familiares de seu pai, Duarte Amaral, deputado à Assembleia Nacional em representação de Guimarães de 1957 a 1974, e de seu avô Coronel Amaral, presidente da câmara de Guimarães em 1931. Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa desde a sua licenciatura em 1965, integrou, segundo a imprensa da época, nesses anos com seu pai, com Arnaldo Sampaio (pai do Presidente Jorge Sampaio), João Paiva Brandão, Alberto Costa Guimarães, entre outros, um grupo de vimaranenses residentes em Lisboa que apoiavam as instituições de Guimarães, nomeadamente o município, junto do governo e outros poderes públicos. Em 1973, antes do 25 de abril de 1974, organizou na Assembleia de Guimarães um conjunto de debates sobre diferentes áreas da vida pública para os quais convidou académicos da sua geração que viriam a ser referências no pós 25 de abril. Em 1974 foi fundador do Centro Democrático Social (CDS), partido a que presidiu em diferentes períodos até à década de 1990. A sua participação nos primeiros tempos políticos após 1974, onde integrou o primeiro Conselho de Estado, levou ao seu reconhecimento como um dos “Pais” da democracia pelo atual Presidente da República. Foi candidato a Presidente da República em 1986 tendo recebido 48,5% dos votos dos portugueses. A partir da década de 1980, assumiu o legado de seu pai junto de instituições vimaranenses e colaborou elevadamente com o seu conselho e influência na defesa dos superiores interesses de Guimarães. Foi assim na localização da Universidade do Minho em Guimarães, com a Santa Casa da Misericórdia onde foi presidente da assembleia geral. Colaborou



11.

com o Município na instalação do Campo da Ataca em Aldão, memória da fundação da nacionalidade. Foi presidente de várias comissões promotoras do Congresso Histórico de Guimarães, na Fundação Cidade de Guimarães organizadora da Guimarães CEC 2012. Foi ainda sempre um permanente divulgador das raízes e sentimentos vimaranenses bem transmitidos na sua obra “D. Afonso Henriques – Biografia”. A Câmara Municipal reconheceu o seu profundo serviço a Guimarães com a atribuição da Medalha da Cidade em Ouro em 24 de junho de 1997. No plano académico foi professor universitário desde a sua licenciatura até à aposentação, foi fundador e presidente da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa. No plano político foi Deputado à assembleia constituinte e à assembleia da república, vice-primeiro ministro e Primeiro-Ministro interino, Ministro da Defesa, Ministro dos Negócios Estrangeiros, Presidente da Assembleia Geral da ONU em representação de Portugal e Presidente da UEDC (União Europeia da Democracia Cristã). Guimarães sempre o reconheceu como um dos seus filhos e na hora do seu falecimento a comunidade vimaranense sentiu a sua perda. Como Presidente da Câmara Municipal transmiti, desde logo, as mais sentidas condolências à sua família. Nesta primeira reunião após o seu falecimento, proponho que o município aprove o presente voto de pesar.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

Na sequência da aprovação do voto de pesar pelo falecimento do Professor Freitas do Amaral, o **Vereador António Monteiro de Castro** leu, em voz alta, um texto cujo teor a seguir se transcreve: “Acabou esta Câmara Municipal de aprovar, há momentos, um voto de pesar pela morte de um dos mais ilustres vimaranenses, do século XX, o Professor Diogo Freitas do Amaral. Nascido no seio de uma família com profundas raízes na nossa terra, fortemente envolvida e entrelaçada com a sua história, deixou Guimarães e Portugal mais pobres ao partir para a eternidade, no passado dia três.

Possuidor de um curriculum académico excecional, doutorou-se aos 26 anos e num curto espaço de tempo chegava a professor catedrático. Foi mesmo considerado o delfim do muito ilustre professor e reitor da Universidade de Lisboa, professor Marcelo Caetano. Acreditando profundamente na democracia, rejeitou, continuamente, os convites que lhe foram sendo lançados pelo regime político anterior. Chegada a revolução de Abril de 1974, e perante os excessos próprios de uma revolução, acompanhado então de um grupo de corajosos democratas, fundou o **C.D.S- Cento Democrático Social**, um partido democrata-cristão, desde a primeira hora inscrito como membro da UDC – União das Democracias Cristãs Europeias de quem chegou mesmo, a ser presidente, grupo esse, que com o avanço da União Europeia, haveria de dar origem ao atual **Partido Popular Europeu**. Na sua carreira política nacional, destacou-se no lugar de vice-primeiro ministro nos governos da Aliança Democrática - AD, a coligação eleitoral do PPD/PSD do CDS e do Partido Popular Monárquico em 1979/1983, governos que, com o apoio do Partido Socialista, haveriam de consolidar, finalmente, o regime democrático, ao pôr fim à tutela militar com a extinção do pacto MFA/Partidos. Mais tarde, atingiria o auge da sua carreira política nacional com a fulgurante campanha para as presidenciais de 1986, as quais, por pouco mais de 100.000 votos, veria perder para o doutor Mário Soares. Com um percurso político por vezes incompreendido por muitos, mas consistente com os princípios que norteavam o seu pensamento e formação, foi, finalmente, e muito justamente, considerado um dos pais da nossa democracia. A nível internacional, merece especial destaque o cargo que desempenhou em 1995/1996 de presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas que muito prestigiou o nosso país e que, provavelmente, terá constituído um contributo para a condução do engenheiro António Guterres ao lugar que atualmente ocupa de Secretário Geral da ONU. Sendo



L.

M

um homem extremamente culto e bafejado pelo dom da fé, acreditou que a salvação do homem está no amor a Deus e, sobretudo, no amor ao próximo, contrariando, pois, aquele pensamento de que *“o homem é o lobo do homem”*, acreditando, isso sim, que o *“outro”* é que é a nossa salvação. Estava sempre pronto para ajudar, de modo especial, nos momentos mais difíceis. Jamais esqueceu a sua terra Guimarães, as suas instituições e o seu povo. Tal como há dias referia, em artigo de opinião, o meu relacionamento pessoal com professor Freitas do Amaral ocorreu apenas na segunda metade da década de oitenta, quando passamos a integrar os corpos sociais da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, ele como presidente da Mesa da Assembleia Geral e eu como vice-provedor da Mesa Administrativa presidida pelo senhor Antonino Dias. Tempos muito difíceis para a instituição, fortemente endividada, com a obra do lar Rainha Dona Leonor parada havia já vários anos por falta de dinheiro. Tempos, em que todas as receitas da Santa Casa eram insuficientes para pagar os juros ao banco. Não fosse a preciosa ajuda do professor Freitas do Amaral, acompanhando-nos nas diligências junto do Ministério dos Assuntos Sociais e junto da entidade bancária principal credora da instituição e teria, com certeza, acontecido uma verdadeira catástrofe na principal instituição particular de solidariedade social de Guimarães. Seria, durante os três triénios da sua presidência da Assembleia Geral, que a instituição pagaria todas as dívidas e construiria todos os lares que atualmente possui. O seu amor a Guimarães, sua terra natal e de seus pais e avós paternos, tocavam-lhe bem fundo e estavam presentes nas suas palavras e nos seus atos. Muitas foram as intervenções que teve ao serviço da sua e nossa terra. Lembro-me da história que contava, acerca dos estudos para a formação de uma nova Universidade em Portugal, na zona do Minho, elaborados em princípios da década de setenta e que apontavam Guimarães como a localização

tecnicamente mais adequada para o efeito, e das diligências que havia feito com seu pai, Eng.º. Duarte Amaral, deputado na Assembleia Nacional, diligências junto do Ministro da Educação da altura, o Professor Veiga Simão, para tentar lutar contra o lobby bracarense encabeçado pelo governador civil de Braga de então, Santos da Cunha, que exigia a sua construção na cidade de Braga. A solução de compromisso encontrada foi, como todos sabemos, a constituição de dois polos: um pequeno polo em Guimarães e um bem maior em Braga. Muitos outros contributos, deu à sua amada terra, como o empenho na realização das jornadas do 2º. Congresso Histórico de Guimarães ou o empurrão decisivo para a construção do novo Hospital que tanto prestigia a nossa cidade. Na verdade, tal como no princípio dizia, Guimarães e Portugal ficaram mais pobres ao verem partir para a eternidade um dos seus filhos mais ilustres. Muito obrigado.” -----

-----INTERVENÇÕES-----

1. Vereador Bruno Fernandes – a) – Começou por dizer que faria a sua intervenção em representação dos Vereadores da Coligação Juntos por Guimarães. De seguida, saudou todos os presentes, em especial o Presidente da Câmara e os Vereadores, os Presidentes de Junta de Freguesia presentes, em especial do Vale de S. Torcato, os senhores Padres, os senhores Deputados eleitos e os representantes das instituições. Referiu conhecer bem o Vale de S. Torcato, descrevendo-o como um território onde predomina uma enorme força cultural e associativa, com uma forte presença da Igreja e do culto a S. Torcato e uma marcante característica de turismo de natureza, berço do rio Selho, e que, por isso, deve ser valorizado pelo Município. Assim, disse querer refletir sobre a estratégia de desenvolvimento, referindo os dados demográficos da área do Vale de S. Torcato (hoje 6 freguesias (3 freguesias e 3 uniões de freguesias), outrora 9 freguesias), que apresentam, nos últimos dez anos, uma perda de cerca de



1.

PC

330 pessoas no conjunto da União de Freguesias de Arosa e Castelões, União de Freguesias de Atães e Rendufe, União de Freguesias de Selho S. Lourenço e Gominhães e Freguesia de S. Torcato, registando-se apenas na freguesia de Aldão um crescimento significativo da população. Disse que este facto se justifica por dois fatores importantes: o modelo de desenvolvimento conservador, por um lado, e a demora nas obras de intervenção, por outro. Defendeu que o Vale de S. Torcato não pode continuar a ser um museu ou uma reserva florestal protegida, acrescentando que a matriz rural deve ser mantida não devendo, contudo, ser impeditiva de crescimento e de desenvolvimento natural desta comunidade. Na sua opinião, o modelo defendido pelo Município do ponto de vista urbanístico afasta os jovens e as empresas, não fixa nem atrai novos residentes. Considerou que o Plano Diretor Municipal tem sido um instrumento castrador do desenvolvimento deste território, que perde população, não porque reduziu a natalidade ou porque é vítima da desertificação, mas antes porque não há habitação. A propósito, disse que Aldão é a única freguesia desta zona que cresce devido a ter sido prevista área de construção de habitação. Disse que a visão conservadora da Autarquia impede que se rasguem novas avenidas e se fomente um aumento de áreas urbanizáveis, defendendo que devem ser planeadas áreas de expansão urbanística e industrial em perfeita harmonia com a matriz rural que caracteriza este Vale. Continuou, dizendo que também a execução tardia dos investimentos tem contribuído para o êxodo que se verifica, apontando como exemplos a requalificação da rua 24 de Junho e o reperfilamento da EM 582. Lembrou que em 2014 foi anunciada a realização da obra de requalificação da Escola EB 2,3 de S. Torcato verificando-se que ainda não há projeto de execução concluído o que contribui, na sua opinião, para que os pais coloquem os seus filhos em

escolas com melhores condições infraestruturais. Assim, solicitou celeridade nestes processos, com definições de prioridades, para que a fuga da população possa, de alguma forma, ser colmatada; **b)** – Disse que na mesma semana em que a Câmara Municipal de Guimarães apresentou o projeto “O Ave para Todos”, desenvolvido no âmbito da Estrutura de Missão para o Desenvolvimento Sustentável - Guimarães 2030, de forma a intensificar as ações do Município de valorização e promoção dos recursos hídricos, constata-se, simultaneamente, uma descarga poluente no rio Selho, afluente do rio Ave. A este propósito, lembrou que o Município de Vizela intentou uma ação em Tribunal contra a Águas do Norte, SA, na sequência dos sucessivos derrames para o rio Ave, considerando que o Município de Guimarães deveria tomar uma atitude mais contundente para com aquela entidade, evitando a poluição dos rios. -----

Depois das explicações prestadas pelo Presidente da Câmara disse que se verifica a apresentação de projetos sem a garantia de que possam ser cumpridos, criando expectativas na população que não se concretizam. Sobre o rio Selho disse que é necessário resolver rapidamente o problema do emissário que despeja o saneamento para o rio. -----

2. Presidente da Câmara – a) - Disse que o seu modelo de intervenção para o Vale de S. Torcato é diferente daquele que o Vereador Bruno Fernandes defende, numa visão contemporânea tendo em conta o futuro e a defesa das reservas agrícola, ecológica e florestal. Referiu que o Plano Diretor Municipal tem sido trabalhado em conjunto com cerca de dez entidades, que, cuidadosamente, privilegiam a riqueza natural do Vale de S. Torcato. Sobre o investimento previsto na área de S. Torcato, disse que estavam previstas obras na ordem de oito milhões de euros que compreendem as acessibilidades, mobilidade, reestruturação do parque industrial de Selho S. Lourenço/Penselo, bem como do parque industrial de S. Torcato, que foi



L1.

crescendo sem ordenamento. Afirmou que não havia demora na execução das obras, mas sim o tempo necessário para a execução de projetos de qualidade, obtenção de pareceres técnicos e cumprimento do Código da Contratação Pública. Sobre a EB 2,3 de S. Torcato explicou que a Câmara Municipal só pode apresentar candidaturas a apoios comunitários e do Estado de obras para as quais haja projeto elaborado e inscrição no Plano Plurianual de Investimentos. Disse, também, que todas as EB 2,3 do concelho, com exceção da EB 2,3 das Taipas cuja requalificação terminou agora, precisam de intervenção urgente, na sequência da degradação que já sofreram ao longo de 30 anos. Continuou, explicando que há cerca de um ano, numa reunião tida na EB 2,3 de S. Torcato, considerou-se que a execução de uma cobertura no recreio constituiria uma mais valia tanto para os alunos como para toda a comunidade de S. Torcato, situação que prolongou um pouco mais no tempo a conclusão do projeto; b) - Sobre a atuação da Águas do Norte, disse que enviar para o Ministério Público era o mais fácil, acrescentando que o que Guimarães está a fazer vai muito mais além, envolvendo várias entidades, como a Agência Portuguesa do Ambiente, a Vimágua, a Águas do Norte, associações e escolas. Disse que o Município está a criar uma forte sensibilidade ambiental com as Brigadas Verdes, que tornam os cidadãos vigilantes e cuidadores do património natural. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Da seguinte informação: "Operação de reabilitação urbana (ORU) das alteração e ampliação da área de reabilitação urbana (ARU) das área de reabilitação urbana do centro cívico e histórico de S. João de Ponte, área de reabilitação urbana do centro cívico e histórico de S. Jorge de Selho e área de reabilitação urbana do centro das Taipas: avenida da República à rua da

Charneca – **submissão para aprovação do órgão deliberativo** - Refere-se a presente informação técnica às operações de reabilitação urbana (ORU) e das alteração e ampliação das área de reabilitação urbana do centro cívico e histórico de S. João de Ponte, área de reabilitação urbana do centro cívico e histórico de S. Jorge de Selho e área de reabilitação urbana área de reabilitação urbana do centro das Taipas: avenida da República à rua da Charneca. Na sequência da delimitação das ARU e ORU mencionadas e em função das disposições legais aplicáveis (nomeadamente aquelas relativas ao regime jurídico da reabilitação urbana), verifica-se: 1. As ARU e ORU em causa foram aprovadas em reunião do órgão executivo datada de 18 julho '19; 2. O período de discussão pública (necessário realizar posteriormente à aprovação do órgão executivo) foi publicado em diário da república no dia 08 agosto '19, tendo-se procedido à publicitação de tal discussão pública em meio de comunicação local e sítio municipal da internet; 3. O período de discussão pública registou um tempo de 22 dias e o seu anúncio foi realizado 5 dias antes; 4. Foi solicitado parecer não vinculativo do instituto de habitação e reabilitação urbana (IHRU) em 18 julho '19, parecer esse com prazo de emissão de 15 dias, o qual já se esgotou e observa-se ultrapassado. Face ao exposto, julgando-se cumpridos os procedimentos legais em vigor e não se registando motivos para alteração das propostas formuladas (**embora ainda não rececionado o parecer técnico do IHRU, este não é vinculativo e já se observa ter sido já ultrapassado o prazo para emissão de tal**), entende-se reunidas as condições necessárias para submeter a aprovação final do órgão deliberativo (assembleia municipal) das operações de reabilitação urbana (ORU) e das alteração e ampliação das área de reabilitação urbana do centro cívico e histórico de S. João de Ponte, área de reabilitação urbana do centro cívico e histórico de S. Jorge de Selho e área de reabilitação urbana do centro das Taipas: avenida da



República à rua da Charneca. Caso se verifique tal aprovação, a mesma deverá ser publicada em diário da república e divulgada no sítio municipal da internet, ganhando, assim, eficácia legal, jurídica e urbanística. Notas: 1. Em anexo, junta-se cópias da publicação do período de discussão pública no diário da república, divulgação do mesmo nos meios de comunicação social locais e sítio municipal da internet bem como pedido de parecer não vinculativo ao IHRU; 2. Embora realizada em simultâneo a discussão pública da operação de reabilitação urbana (ORU) e da alteração e ampliação da área de reabilitação urbana (ARU) do centro da cidade: rua D. João I à zona de Couros de modo a incluir as zonas das hortas e Cruz de Pedra, esta verificou participações, encontrando-se tais em análise e ponderação. Aceitando-se como possível a sua revisão e ajustamento, esta ARU e ORU será submetida a aprovação dos órgãos competentes assim que concluída a análise das participações registadas.” -----

2. Da seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “1. Atenta a necessidade de executar a obra de: Reabilitação da Escola de Soutelo - Pinheiro, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar, fundamentada em informação datada de 26 de julho de 2019 com despacho do Sr. Presidente da Câmara de 20 de agosto de 2019. 2. Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder €199.997,25 + IVA, a satisfazer pela dotação 2.1.1.2.02 do Plano Plurianual de Investimentos. 3. Para cumprimento do nº7 do artigo 17º e nº3 do artigo 47º do CCP, fundamenta-se a fixação do valor estimado do contrato conforme informação prestada pelo técnico Joaquim Sampaio em 12/7/2019. 4. Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a

celebrar, propõe-se a adoção de um concurso público, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do CCP. 5. De acordo com o n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP, é designado a técnica Ana Teresa Oliveira como gestor do contrato para o presente procedimento. 6. Na presente empreitada, a realização de trabalhos de variadíssimas especialidades, cada uma com os seus métodos e especificidades, é tão grande que só com uma análise conjunta do preço e da valia técnica é que se poderá aferir da real vantagem económica de uma proposta. Entendeu-se, por isso, que o critério de adjudicação da melhor relação qualidade/preço, de acordo com o estipulado na alínea a) do n1 do artigo 74º do CCP, é o que melhor defende os interesses da entidade adjudicante para este contrato. Desta forma, dentro da valia técnica, os fatores de avaliação que melhor se coadunam com o objeto do presente concurso são: a Memória Descritiva do modo de execução da obra, o Plano de Trabalhos apresentado, o Sistema de Controlo de qualidade, Sistema de Gestão de Segurança e Sistema de Acompanhamento Ambiental. Só uma avaliação destes fatores, conjuntamente com o preço, é que se poderá encontrar a melhor proposta no cumprimento das normas e princípios que norteiam a contratação pública. 7. Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €199.997,25 + IVA; Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 180 dias; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; 8. Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efetivos – a) - Presidente: Gilberto Fortunato Costa Fernandes – Técnico Superior da divisão de empreitadas; b) Vogal — Ana Margarida Tavares Pereira - Técnica Superior da divisão de empreitadas; c) Vogal – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe da divisão jurídica; Suplentes - a) Vogal: Maria Fernanda Fernandes Castro - Chefe da divisão de empreitadas;



b) Vogal: Luís Filipe Vieira Teixeira - Técnico Superior da divisão de empreitadas." -----

3. Do ofício de G. Castro, R. Silva, A. Dias & F. Amorim, SROC, LDA remetendo, para conhecimento, informação sobre a situação económica e financeira da VITRUS Ambiente, Empresa Municipal, S.A. referente ao período de 1 de janeiro a 30 de junho de 2019, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 3 DE OUTUBRO DE 2019. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** O Vereador Bruno Fernandes não participou na votação da ata por não ter estado presente na reunião. -----

CÂMARA – REUNIÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL – PERIODICIDADE E FUNCIONAMENTO – MANDATO 2017-2021 – ALTERAÇÃO DO DIA DE REALIZAÇÃO DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS – Presente a seguinte proposta: “Em sua reunião de 19 de outubro de 2017, a Câmara Municipal deliberou aprovar uma proposta respeitante à periodicidade e ao funcionamento das reuniões de Câmara, em cumprimento do estabelecido nos artigos 40º e seguintes do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. De acordo com a referida deliberação, a Câmara Municipal estabeleceu a **quinta-feira** para seu dia de **reunião ordinária**. Na sequência da sua eleição como Deputado da Assembleia da República, nas eleições legislativas realizadas no passado dia 6 de outubro, o Vereador André Coelho Lima veio comunicar que pretende manter o cargo de Vereador da Câmara Municipal, em regime de não permanência, e

solicitar que o dia da reunião ordinária da Câmara Municipal seja alterado para a **segunda-feira** em virtude de não lhe ser possível comparecer no dia que estava estabelecido. Neste contexto, e considerando o manifesto interesse público de que se reveste a situação, proponho que a Câmara Municipal altere para a **segunda-feira** o seu dia de **reunião ordinária**, mantendo-se todas as demais formalidades relativas às reuniões de Câmara, constantes da mencionada deliberação de 19 de outubro de 2017.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

OBRAS PÚBLICAS – REABILITAÇÃO ENERGÉTICA DE EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO SOCIAL – ESCLARECIMENTOS/ERROS E OMISSÕES/PRORROGAÇÃO DE PRAZO – RATIFICAÇÃO – Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 4 de outubro de 2019, que aprovou a resposta do júri do concurso da empreitada em epígrafe aos pedidos de esclarecimentos, rejeitando os erros e omissões apresentados e prorrogando por um período de 3 dias o prazo concedido aos interessados para apresentação de propostas, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

OBRAS PÚBLICAS – REFUNCIONALIZAÇÃO DO EDIFÍCIO DA TORRE DA ALFÂNDEGA – ESCLARECIMENTOS/ERROS E OMISSÕES/PRORROGAÇÃO DE PRAZO – RATIFICAÇÃO - Presente, para ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 4 de outubro de 2019, que aprovou a resposta do júri do concurso da empreitada em epígrafe aos pedidos de esclarecimentos, aprovando a lista de erros e omissões apresentados e prorrogando por um período de 3 dias o prazo concedido aos interessados para apresentação de propostas, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----



11.

OBRAS PÚBLICAS – REQUALIFICAÇÃO DA RUA 24 DE JUNHO E PONTE SOBRE O RIO SELHO – ALDÃO E REPERFILAMENTO DA RUA NOSSA SENHORA DA GUIA - ATÃES – INFORMAÇÃO PARA INÍCIO DE PROCEDIMENTO - Presente a seguinte informação: “1. Atenta a necessidade de executar a obra de: Requalificação da Rua 24 de Junho e Ponte sobre o rio Selho – Aldão e Reperfilamento da rua Nossa Senhora da Guia - Atães, submete-se à consideração superior a presente proposta de decisão de contratar, fundamentada nas informações datadas de 27 de setembro de 2019 relativamente ao lote 1 e 8 de outubro de 2019 relativamente ao lote 2 da Divisão de Estudos e Projetos com despacho do Sr. Presidente da Câmara de 11 de outubro de 2019 para ambos os lotes. 2. Para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder €2.831.776,73 + IVA, a satisfazer pela dotação 3.3.1.1.56 do Plano Plurianual de Investimentos. 3. A adjudicação será feita por lotes, ao abrigo do artigo 46.º-A do Código dos Contratos Públicos (CCP). Assim, o preço base para cada lote será: a) Lote 1: – Requalificação da Rua 24 de Junho e ponte sobre o rio Selho - Aldão cujo preço base é €1.560.518,03; b) Lote 2: - Reperfilamento da rua N. Sra. da Guia - Atães cujo preço base é €1.271.258,70; 3. Para cumprimento do n.º7 do artigo 17.º e n.º3 do artigo 47.º do CCP, fundamenta-se a fixação do valor estimado do contrato, conforme informações prestadas pelo projetista em 11/10/2019. 4. Nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, propõe-se a adoção de um concurso público, ao abrigo da alínea b) do artigo 19.º do CCP. 5. Na presente empreitada, a realização de trabalhos de variadíssimas especialidades, cada uma com os seus métodos e especificidades, é tão

grande que só com uma análise conjunta do preço e da valia técnica é que se poderá aferir da real vantagem económica de uma proposta. Entendeu-se, por isso, que o critério de adjudicação da melhor relação qualidade/preço, de acordo com o estipulado na alínea a) do nº1 do artigo 74º do CCP, é o que melhor defende os interesses da entidade adjudicante para este contrato. Desta forma, dentro da valia técnica, os fatores de avaliação que melhor se coadunam com o objeto do presente concurso são: a Memória Descritiva do modo de execução da obra, o Plano de Trabalhos apresentado, o Sistema de Gestão de Segurança e Sistema de Acompanhamento Ambiental. Só uma avaliação técnica destes fatores, conjuntamente com o preço, é que se poderá encontrar a melhor proposta no cumprimento das normas e princípios que norteiam a contratação pública. 6. De acordo com o n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP, é designada a técnica Ana Margarida Tavares Pereira como gestor do contrato para o presente procedimento. 7. Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento em anexo, das quais se destaca no Programa de Procedimento: Fixação do preço base em €2.831.776,73 + IVA, tendo em consideração os preços base para cada um dos lotes, como especificado no ponto 3. Fixação de um prazo de vigência do contrato a celebrar de 365 dias para cada um dos lotes; Opção pelo critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa; 8. Para a condução do procedimento propõe-se a designação do seguinte júri: Efetivos – a) Presidente: Luís Filipe Vieira Teixeira - Técnico Superior da divisão de empreitadas; b) Vogal: Ana Teresa Oliveira – Técnica Superior da divisão de empreitadas; c) Vogal: – Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida - Chefe da divisão jurídica; Suplentes - a) Vogal: João Ricardo de Carvalho Pacheco - Técnico Superior da divisão de empreitadas” As peças do procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

FREGUESIAS – JUNTA DE FREGUESIA DE INFANTAS - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de Infantas solicitou a colaboração do Município, através da cedência de autocarro, para o transporte de idosos, no dia 20 de outubro, a Mesão Frio. Considerando que se trata de uma deslocação no âmbito da realização um almoço/convívio sénior e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização do veículo em causa, por meu despacho, de 3 de outubro de 2019, foi deferido o pedido. Nos termos da alínea j) do art.º 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a atribuição deste tipo de apoios é da competência da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal, pelo que se submete para ratificação destes órgãos municipais o transporte solicitado.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – AJUSTE DIRETO N.º 58/19 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES INTERMÉDIAS EM REFEITÓRIOS ESCOLARES - ABERTURA DO PROCEDIMENTO E APROVAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - Presente a seguinte informação: “Submete-se para aprovação superior, convite e caderno de encargos, anexos, e a abertura do presente procedimento, nos seguintes termos: **1. Objeto: Aquisição de serviços - Fornecimento de refeições intermédias em refeitórios escolares. 2. Período de vigência:** janeiro de 2020 a dezembro de 2021. **3. Preço base:** €1.114.597,60 + IVA (13%), calculado em função dos preços unitários resultantes de procedimento concursal anterior. Foi verificado o cumprimento do n.º 1, do artigo 63.º da LOE. **4. Classificação económica:** 020105. **5. Plano:** 2.1.2.56 A. **6.** A despesa referente ao ano de 2020 será cabimentada em janeiro desse ano. **7. Procedimento:** Ajuste direto, previsto

na subalínea iii), da alínea e), do n.º 1, do artigo 24.º do Código dos Contratos Públicos. **8. Entidade adjudicante:** Município de Guimarães. **9. Órgão com competência para a decisão de contratar:** Câmara Municipal. **10. Gestor do contrato:** Clara Maria Soares, Técnica Superior da Divisão de Educação. **11. Fornecedor a consultar:** - Uniself – Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, S.A. **12. Repartição de encargos** - Considerando que o contrato implica despesas plurianuais, submete-se à consideração superior que a Câmara Municipal delibere aprovar, para ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, a correspondente repartição de encargos, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, nos seguintes termos: **Ano 2020:** €557.298,80 + IVA (13%); **Ano 2021:** €557.298,80 + IVA (13%). **13. Audiência prévia:** Está dispensada a audiência prévia e a elaboração dos relatórios preliminar e final, de acordo com o n.º 2, artigo 125.º do Código dos Contratos Públicos. À consideração superior.” O ofício convite e o caderno de encargos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ABERTURA DO PROCEDIMENTO E SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS.**

ENTIDADES PARTICIPADAS – ASSOCIAÇÃO PROCHILD COLAB - DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES NOS ÓRGÃOS SOCIAIS – Presente a seguinte proposta: “Na sequência da concessão de visto prévio pelo Tribunal de Contas ao processo de adesão à ProChild CoLab Against Poverty and Social Exclusion – Association, que ocorreu em sessão diária de visto do passado dia 24 de julho, é agora necessário aprovar o representante do Município de Guimarães que irá fazer parte dos respetivos órgãos sociais. Assim, para este efeito, e ao abrigo do disposto no n.º 2, do art.º 9º dos Estatutos da Associação e da alínea oo), do n.º 1, do art.º 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de



L1.

setembro, proponho que seja designada a Vereadora Adelina Paula Mendes Pinto.” **DELIBERADO, POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR, com cinco votos a favor e quatro votos em branco.** -----

ATIVIDADES ECONÓMICAS – APROVAÇÃO DE CANDIDATURA PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO A CELEBRAR - BARBOSA E RIBEIRO, LDA –

Presente a seguinte proposta: “Nos termos do nº 1 do art.º 9.º do Regulamento de Projetos Económicos de interesse Municipal – RPEIM, o Município de Guimarães procede à avaliação da candidatura apresentada a PEIM, considerando a análise aos elementos instrutórios submetidos, os estudos económico-financeiros e de viabilidade económica apresentados, assim como o estudo prévio relativo a operações urbanísticas sempre que ao projeto de investimento tal pretensão lhe esteja subjacente. A candidatura a PEIM consubstancia a análise do projeto de investimento, com vista à concessão de benefícios fiscais e/ou de taxas municipais e o executivo camarário decide o resultado da avaliação da candidatura, à concessão dos benefícios solicitados com base no art.º 3.º do regulamento, após parecer dos competentes serviços municipais, devendo o parecer expressar a percentagem dos benefícios a conceder. A **BARBOSA & RIBEIRO, LDA.**, apresentou uma candidatura, que foi analisada pelos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, tendo concluído que a mesma se enquadra nos pressupostos do RPEIM e determinado a percentagem de **63%** como benefício fiscal aplicável ao projeto de investimento em apreço, de acordo com o somatório das classificações obtidas nos termos do artº 12º daquele Regulamento. Desta análise resulta ainda que, ao abrigo do art.º 14.º do Regulamento, o projeto PEIM aprovado beneficia ainda de uma redução de 50% das taxas devidas pelo licenciamento de operações urbanísticas enunciadas no artº 3º. O

RPEIM prevê, no n.º 6 do art.º 9.º e no art.º 10.º, que os benefícios fiscais e a redução das taxas municipais são concedidos pelo órgão executivo municipal no estrito cumprimento dos critérios definidos naquele Regulamento e mediante a outorga de contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Propõe-se assim, a aprovação da candidatura a PEIM apresentada pela empresa **BARBOSA & RIBEIRO, LDA.**, nos termos da informação dos serviços municipais da Divisão de Desenvolvimento Económico, conforme documentos em anexo (**doc. 1**), bem como a aprovação da minuta do contrato de concessão de benefícios tributários municipais, que igualmente se junta em anexo como **doc. 2.**” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

EDUCAÇÃO – DÍVIDAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES, PROLONGAMENTO DE HORÁRIO E COMPONENTE DE

APOIO À FAMÍLIA - Presente uma informação dos Serviços de Educação referindo que, no âmbito do processo de monitorização das dívidas relativas à prestação de serviços de fornecimento de refeições, prolongamento de horário e ou componente de apoio à família, os Agrupamentos de Escolas Arqueólogo Mário Cardoso, Professor João de Meira, Taipas e Briteiros vêm solicitar à Autarquia apoio na resolução de algumas situações de incumprimento no pagamento daqueles serviços. De acordo com a informação remetida, verificou-se que se tratam de crianças provenientes de agregados familiares em situação de vulnerabilidade económica e social, tendo os respetivos agrupamentos procedido já à aplicação das medidas de ação social escolar, previstas no Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho, e posteriores alterações. Perante o exposto, propõe-se, nos termos da alínea hh), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e em observância do disposto no *Regulamento Geral de Proteção de Dados*, a



1.

fu

anulação das dívidas respeitantes a 7 alunos, no valor de €762,27.

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA

DO FUNDO DE MANEIO – SETEMBRO DE 2019 - Presente a seguinte informação: “Por deliberação de 3 de janeiro de 2019 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa.”

O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO RATIFICAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – ASSOCIAÇÃO SOCIAL DE PEVIDÉM VIDA A CORES – ASPEV

– ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO – Presente a seguinte proposta: “A Associação Social de Pevidém Vida a Cores (ASPEV) apresentou a esta Câmara Municipal um pedido excecional de atribuição de subsídio, para a aquisição de equipamentos (mobiliário, material informático, carrinha) e para a realização de obras nas suas instalações, por forma a dar continuidade à dinamização de inúmeras atividades de envelhecimento ativo evitando e retardando, desta forma, a institucionalização precoce dos idosos. Esta Associação iniciou a sua atividade em novembro de 2018 e assegura as valências de Espaço de Convívio, Voluntariado, Serviço de Transporte e Serviço de Apoio Domiciliário, abrangendo um total de 35 utentes, tendo-se vindo a distinguir pela qualidade da sua atuação e pelo rigor e inovação que pautam as intervenções que leva a cabo. A ASPEV apresenta os requisitos expressos no artigo 6º do Regulamento de Apoio às Instituições de

Solidariedade Social (n.º 607/2010 de 15 de julho) pelo que, em reconhecimento do interesse deste serviço para a comunidade, e considerando que o Município nutre o dever de criar as condições e os meios necessários às instituições de solidariedade social para o desenvolvimento das suas atividades, submete-se para aprovação a presente proposta de atribuição de um subsídio ao abrigo do n.º 6º do artigo 9.º do referido Regulamento, no valor de €11.010,00 euros (onze mil e dez euros).” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA AQUISIÇÃO DE DOIS ELETRODOMÉSTICOS – Presente a seguinte informação: “Foram rececionadas na Divisão de Ação Social duas candidaturas para apoio na aquisição de dois eletrodomésticos, uma máquina de lavar roupa e um esquentador. Após análise destas candidaturas e subsequente estudo efetuado pelos nossos serviços apresentam-se, de seguida, os dados da caracterização socioeconómica dos agregados familiares, bem como o valor respetivo da comparticipação a atribuir: -----

Nº Processo	Freguesia	Rendimento P/Capita	Subsídio a atribuir
297662805/19	Creixomil	€114,73	€219,90
197872727/19	Fermentões	€272,63	€434,90

Assim, submete-se para aprovação, ao abrigo da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, que se enquadra no consignado na alínea v) do artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, a concessão deste subsídio aos requerentes, num valor de **€654,80** (seiscentos e cinquenta e quatro euros e oitenta cêntimos). **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – SUBSÍDIO PARA COMPARTICIPAÇÃO EM OBRAS DE MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE – Presente a seguinte informação: “Foi entregue na Divisão de Ação Social uma candidatura para apoio na realização de obras de melhoria das condições de habitabilidade,



11.

designadamente retirar ripas e telha, criar parede em tijolo na cozinha e revestir a azulejo, criar teto falso em pladur na cozinha e substituir quatro janelas de alumínio. Após análise desta candidatura e consequente estudo efetuado pelos nossos serviços, apresentam-se de seguida os dados da caracterização socioeconómica do agregado familiar, bem como o valor da comparticipação a atribuir para as obras requeridas: -----

Processo	Freguesia	Rend. P/Capita	Nº Elem. Agregado	Situação p/emprego	Comparticipação	Subsídio a Atribuir
161727130/19	Balazar	€130,37	1	Pensão sobrevivência	100%	€15.000,00

Tendo sido comprovada a precariedade económica do agregado familiar, bem como as restantes condições previstas no Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, que se enquadram no consignado no artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro submete-se para aprovação a atribuição de um subsídio à requerente, no valor de €15.000,00 (quinze mil euros), ao abrigo da alínea f) do art.º 2º do referido Regulamento.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO CONVERTIDO NA DISPONIBILIZAÇÃO DE UM SERVIÇO DE TRANSPORTE ADAPTADO PARA SETE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (AIREV) – Presente a seguinte informação: “Foram apresentadas sete candidaturas à Divisão de Ação Social, para efeitos de pedido de apoio na deslocação de pessoas com deficiência para a Associação para a Integração e Reabilitação Social de Crianças e Jovens Deficientes de Vizela (AIREV), tendo em conta a situação de vulnerabilidade social dos agregados familiares, facto que ficou comprovado após termos realizado os respetivos estudos socioeconómicos, cujos resultados a seguir se apresentam: -----

Nº Processo	Sexo	Rendimento P/Capita	Grau de Incapacidade
223943363/19	Masculino	€307,09	97%
243356749/19	Masculino	€279,82	90%
261813978/19	Feminino	€83,81	60%

247525600/19	Masculino	€298,69	78%
245317856/19	Masculino	€145,52	98%
227134320/19	Masculino	€126,95	91%
245599630/19	Masculino	€359,05	82%

Assim, submete-se para aprovação, ao abrigo da alínea d) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, a concessão de apoio aos requerentes, através da disponibilização de um serviço de transporte adaptado, de janeiro a dezembro de 2020, cujo valor se estima em €18.727,50 (dezoito mil setecentos e vinte e sete euros e cinquenta cêntimos), para que possam deslocar-se diariamente das suas residências à AIREV, que funciona em Infias, no Concelho de Vizela. À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO CONVERTIDO NA DISPONIBILIZAÇÃO DE UM PASSE PARA UMA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (APPACDM) – Presente a seguinte informação: “Foi apresentada uma candidatura à Divisão de Ação Social, para efeitos de pedido de apoio na deslocação de uma jovem com deficiência para a APPACDM, tendo em conta a situação de precariedade económica do agregado familiar, facto que ficou comprovado após termos realizado o respetivo estudo socioeconómico, cujo resultado a seguir se apresenta: -----

Nº Processo	Sexo	Rendimento P/Capita	Grau de Incapacidade
232814449/19	Feminino	€252,57	67%

Assim, submete-se para aprovação, ao abrigo alínea d) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, a concessão de um apoio à requerente, através da disponibilização de um passe, de janeiro a julho e de setembro a dezembro de 2020, cujo valor se estima em €687,50 (seiscentos e oitenta e sete euros e cinquenta cêntimos), para que possa deslocar-se diariamente da sua



1.

residência à APPACDM, em Gualtar, Braga. À consideração superior.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO CONVERTIDO NA DISPONIBILIZAÇÃO DE UM SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA TRÊS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (CAO DA APPACDM) – Presente a seguinte informação:

“Foram apresentadas três candidaturas à Divisão de Ação Social, para efeitos de pedido de apoio na deslocação de três jovens com deficiência ao CAO da APPACDM, considerando a situação de vulnerabilidade social dos seus agregados familiares, facto que ficou comprovado após termos realizado os respetivos estudos socioeconómicos, cujos resultados a seguir se apresentam: -----

Nº Processo	Sexo	Rendimento P/Capita	Grau de Incapacidade
219958300/18	Masculino	€190,80	98%
207456240/18	Masculino	€219,63	100%
209649070/18	Masculino	€181,66	96%

Assim, submete-se para aprovação, ao abrigo da alínea d) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, a concessão de um apoio aos requerentes, através da disponibilização de um serviço de transporte adaptado, de janeiro a dezembro de 2020, cujo valor se estima em €5.136,00 (cinco mil cento e trinta e seis euros), para que possam deslocar-se das suas residências para o Centro de Reabilitação da APPACDM, situado em Lomar em Braga.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO CONVERTIDO NA DISPONIBILIZAÇÃO DE UM SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA DUAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (ACIP) – Presente a seguinte informação:

“Foram apresentadas duas candidaturas à Divisão de Ação Social, para efeitos de pedido de apoio na deslocação de dois jovens com deficiência para a Ave

Cooperativa de Intervenção Psicossocial (ACIP), tendo em conta a situação de precariedade económica dos agregados familiares, facto que ficou comprovado após realização dos respetivos estudos socioeconómicos, cujos resultados a seguir se apresentam: -----

Nº Processo	Sexo	Rendimento P/Capita	Grau de Incapacidade
266054404/19	Masculino	€279,28	60%
232358834/19	Feminino	€275,56	83%

Assim, submete-se para aprovação, ao abrigo da alínea d) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, a concessão de um apoio aos requerentes, através da disponibilização de um serviço de transporte adaptado, de janeiro a dezembro de 2020, cujo valor se estima em €6.348,00 (seis mil trezentos e quarenta e oito euros), para que se possam deslocar diariamente das suas residências às instalações da ACIP, em Joane, Vila Nova de Famalicão. Este transporte terá de ser efetuado todos os dias, de 2ª a 6ª feira.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO A UMA PESSOA COM DEFICIÊNCIA PARA EFEITOS DE DESLOCAÇÃO AO CENTRO INTEGRADO PARA A DEFICIÊNCIA DA MISERICÓRDIA DO PORTO – Presente a seguinte informação: “Foi apresentada uma candidatura à Divisão de Ação Social, que visa um pedido de apoio na deslocação de uma jovem com deficiência para o Centro Integrado para a Deficiência da Misericórdia do Porto, tendo em conta a situação de precariedade económica do seu agregado familiar, facto que ficou comprovado após termos realizado o respetivo estudo socioeconómico, cujo resultado a seguir se apresenta: -----

Nº Processo	Sexo	Rendimento P/Capita	Grau de Incapacidade
227078845/18	Feminino	€240,12	95%

Assim, submete-se para aprovação, ao abrigo alínea d) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de



Vulnerabilidade, a concessão de um apoio à requerente, através da disponibilização de 99 senhas para utilização dos transportes públicos, para o ano de 2020, cujo valor se estima em €693,00 (seiscentos e noventa e três euros), para que possa deslocar-se diariamente de sua residência para o Centro Integrado para a Deficiência da Misericórdia do Porto. À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE UM SUBSÍDIO A UMA PESSOA COM DEFICIÊNCIA PARA EFEITOS DE DESLOCAÇÃO À UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRAGA

– Presente a seguinte informação. “Foi apresentada uma candidatura à Divisão de Ação Social, para efeitos de pedido de apoio na deslocação de uma jovem com deficiência à Universidade Católica Portuguesa, tendo em conta a situação de precariedade económica do seu agregado familiar, facto que ficou comprovado após termos realizado o respetivo estudo socioeconómico cujo resultado a seguir se apresenta: -----

Nº Processo	Sexo	Rendimento P/Capita	Grau de Incapacidade
245952721/18	Feminino	€157,03	70%

Assim, submete-se para aprovação, ao abrigo da alínea d) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, a concessão de um apoio à requerente, através da disponibilização de um serviço de táxi, de fevereiro a junho de 2020, cujo valor se estima em €2.886,00 (dois mil oitocentos e oitenta e seis euros), para que possa deslocar-se diariamente de sua residência às instalações da Universidade Católica de Braga, sita na Rua de Camões, em Braga. À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

CULTURA – BIENAL DE ILUSTRAÇÃO DE GUIMARÃES 2019 – ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS

– Presente a seguinte proposta: “Por deliberações tomadas em 15 de novembro de 2018 (Câmara Municipal) e em 27 de novembro de 2018 (Assembleia Municipal) o Município de Guimarães aprovou os regulamentos

do Prémio Nacional BIG 2019 – Bienal de Ilustração de Guimarães. Posteriormente, em 4 de julho último, a Câmara Municipal deliberou aprovar a instituição do Prémio Carreira BIG 2019 – Bienal de Ilustração de Guimarães, bem como a constituição do júri do Prémio Nacional BIG 2019 – Bienal de Ilustração de Guimarães. Neste contexto, proponho: 1. Que, nos termos do nº1 da proposta aprovada em 4 de julho, a Câmara Municipal acolha a decisão do júri, atribuindo o Prémio Carreira, no valor de €10.000,00, ao ilustrador **Jorge Silva**; 2. Que, nos termos do nº 1 do art.º 6º do Regulamento do Prémio Nacional BIG 2019, a Câmara Municipal acolha a decisão do júri, atribuindo os seguintes prémios: GRANDE PRÉMIO BIG: €5.000,00 - **André Letria**; PRÉMIO BIG REVELAÇÃO: €1.000,00 - **Inês Machado**; 5 PRÉMIOS BIG AQUISIÇÃO: €500,00 cada - **António Jorge Gonçalves**; **Gonçalo Viana**; **Maria João Worm**; **Mariana Rio**; **Nicolau**.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA – ASSOCIAÇÃO CULTURAL RECREATIVA E DESPORTIVA DE NESPEREIRA - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta:

“A Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Nespereira solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte da equipa de Futsal Feminino, no dia 19 de outubro, a Mortágua. Considerando que se trata de uma deslocação que visa a participação da equipa num jogo da Taça de Portugal e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 8 de outubro de 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.”

DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

CULTURA - ASSOCIAÇÃO DE SOCORROS MÚTUOS ARTÍSTICA VIMARANENSE - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte



Lr

pu

proposta: “A Associação de Socorros Mútuos Artística Vimaranesa solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos seus elementos, no dia 4 de outubro, entre Guimarães e Moreira de Cónegos. Considerando que se trata de uma deslocação no âmbito das comemorações do dia 5 de outubro, em que a referida associação organiza a “Marcha Republicana” e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 1 de outubro de 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães, a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO – ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE CANDOSO S. MARTINHO - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “A Associação Cultural e Recreativa de Candoso S. Martinho solicitou a colaboração do município através da cedência de autocarro, para efetuar o transporte da equipa de Futsal, nos dias 14 de setembro, 2 e 23 de novembro e 7 de dezembro, a Oliveira de Azeméis, Alcobaça, Vila Nova de Gaia e Portimão. Considerando que se tratam de deslocações que visam a participação da equipa em jogos do campeonato nacional da modalidade e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 21 de setembro de 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães, a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação e aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

DESPORTO – GTEAM GUIMARÃES FC - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO – Presente a seguinte proposta: “O GTEAM GUIMARÃES FC solicitou, a colaboração do município através da cedência de autocarro, para efetuar o

transporte da equipa de Futsal no dia 5 de outubro, a Paredes de Coura. Considerando que, se trata de uma deslocação que visa a participação da equipa na primeira jornada do Campeonato Interdistrital de Futsal Feminino e, não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 3 de outubro de 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães, a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

-----**INTERVENÇÃO DOPÚBLICO**-----

Pelas 12:00 horas, o Presidente da Câmara deu a palavra aos cidadãos presentes para, querendo, intervirem: -----

1. Alberto Martins, Presidente da Junta de Freguesia de S. Torcato – Lembrou o processo relativo à EB 2,3 de S. Torcato e que o desejo de execução de uma cobertura no recreio havia sido manifestado pela respetiva Associação de Pais, vontade com a qual disse ter mostrado concordância. Reconhecendo o empenho da Autarquia neste assunto, através do Vereadora responsável pela educação, disse que a execução da obra é urgente sob pena de este estabelecimento escolar não reunir, num futuro próximo, o número de alunos suficientes para a sua continuidade. ----

2. Conceição Castro, Presidente da Junta de Freguesia de Aldão – Fez a sua intervenção lendo, em voz alta, um texto cujo teor a seguir se transcreve: “Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Presidente da Junta da União das Freguesias de Atães e Rendufe, Patrício Araújo, e os outros colegas de missão aqui presentes. Presidentes de Junta atuais e aqueles que o foram no passado. A todos os que aqui vieram hoje assistir a esta Reunião



1..

de Camara descentralizada, um bom dia e um bem-haja. Não poderia deixar de comparecer nesta reunião, primeiro pelo convite que o Presidente Patrício me dirigiu e depois porque veio a esta reunião algo que, enquanto Presidente de Junta e, diria, impulsionadora deste processo, aguardo há vários anos e que a população de Aldão anseia: a obra de Reperfilamento da Rua 24 de Junho. Sabia que não seria um processo fácil, muito menos simples. Sabia que havia muitos constrangimentos; sabia que tinha que se trabalhar muito; sabia que era um grandioso investimento; mas urge executar. E não se pense que o maior problema da Rua 24 de Junho é o piso. Que o é efetivamente, pois não faltam casas com fissuras pelo trepidar da passagem dos carros, em particular dos camiões. Os problemas da Rua 24 de Junho são ainda mais graves: para além da urbanidade que merece e da segurança, mobilidade e acessibilidades dos seus habitantes, tem problemas seríssimos de escoamento e águas pluviais. O que temos é uma rede incapaz de águas das chuvas; uma rua que recebe (antes de chegarem ao rio) um volume de água imenso, quando chove, que vem do arruamento superior; um problema que a população ali residente merece ver resolvido com eficácia. E estes desafios mais difíceis, mais duros, mais desgastantes, que nos tiram, não raras vezes o sono, são simultaneamente uma força, um motor, para no dia seguinte acordar e poder dizer: havemos de superar. Efetivamente são autênticas provas de superação; E no dia de hoje, vivo uma mistura de sentimentos, que ainda não sabem bem a missão cumprida, mas é um passo gigante, neste caminho. Bem-haja. E como a vida de autarca também tem coisas menos boas, queria deixar aqui o registo da necessidade urgente de execução da obra de alargamento e insonorização do Canil/Gatil, que são um desassossego para a população ali residente. É um problema de excesso de animais que urge resolver, para o bem-estar animal, e para o direito das populações ao sossego. E uma outra questão

que também se relaciona com aquele espaço: o Ecocentro. O completo desassossego da população quando se regista em período noturno e aos fins de semana, o depósito das recolhas de resíduos do centro da cidade, naquele espaço. Reconhecemos que aquele espaço tem que ter serventia. Que aquele espaço nasceu como Ecocentro e não vai, de hoje para amanhã, transformar-se num qualquer espaço de lazer, mas o que lá estiver deve respeitar os direitos da população ali a residir. É um pedido para que esta ponderação seja feita, em nome da população de Aldão.” -----

3. Padre Domingos Oliveira - Saudou a realização de uma reunião de Câmara descentralizada, tendo considerado que proximidade gera humanidade e ambas geram civismo. Sobre a rua 24 de Junho disse que era necessário prevenir os perigos, referindo a falta de visibilidade provocada, designadamente, pelo estacionamento abusivo, pela afixação de publicidade, pela deficiente sinalética horizontal, onde se verifica pinturas desgastadas, que não têm sido melhoradas, e mesmo a sinalização vertical, em que as placas estão escondidas pela vegetação. Referiu ainda a importância da limpeza das valetas e da manutenção da vegetação, por forma a não prejudicar a iluminação pública da via. Referindo-se ao projeto da Casa Mortuária, disse ter já manifestado por diversas vezes esta preocupação, acrescentando que a sua concretização deve resultar da cooperação das diversas entidades empenhadas no bem público, Diocese, Paróquia e Junta de Freguesia. Sobre a apresentação do Plano Estratégico do Turismo de Guimarães 2019/2029 disse que a escola deve tornar a história uma disciplina apaixonante e cada cidadão deve ser responsável por transmitir essa história. Disse, ainda, que os meios de divulgação turística, tais como os panfletos, devem pôr a descoberto os locais do concelho menos conhecidas dos turistas, mas igualmente extraordinários. Por último, disse ser muito importante que a comunidade e as pessoas que estão à



L.

pu

frente dos destinos do concelho sejam capazes de viver de acordo com as seguintes dimensões: saber dialogar, saber esperar e contentar-se. -----

4. Júlio Dias – Maestro - Saudou todos os presentes, referindo a importância do património humano, convidando os presentes para um evento cultural (concerto) que se realiza próximo dia 26 de outubro, pelas 21:30 horas, na Igreja de Atães. -----

5. Luís Soares - Deputado eleito para a Assembleia da República – Agradeceu as palavras que lhe foram dirigidas pelo Presidente da Câmara e pelo Vereador André Coelho Lima sobre a sua eleição para a Assembleia da República, reiterando a sua disponibilidade para, em parceria com a Câmara Municipal, colocar os seus préstimos a favor de Guimarães. Agradeceu e felicitou a decisão democrática de alteração das reuniões de Câmara para a segunda-feira, por forma a que o Vereador André Coelho Lima, também eleito para a Assembleia da República, possa comparecer às reuniões do executivo vimaranense e assim continuar a exercer o cargo de Vereador, aproveitando para dizer que, dessa forma, poderá também ele acompanhar as reuniões quinzenais. Disse ter estado há pouco tempo nas instalações da EB 2,3 de S. Torcato tendo verificado que as condições infraestruturais são preocupantes. Contudo, elogiou e valorizou o trabalho educativo desenvolvido por aquela comunidade escolar, alcançando resultados ao nível do que de melhor se consegue no concelho de Guimarães. Disse ser determinante para o Vale de S. Torcato apostar na rede pública de creche e jardim de infância, uma resposta para que as famílias possam aí colocar os seus filhos desde os primeiros anos de vida, prosseguindo depois para os ciclos seguintes, acreditando ser esta a melhor forma de fixar a população. -

5. Presidente da Câmara – a) – Sobre a intervenção da Presidente da Junta de Freguesia de Aldão, Conceição Castro, disse que serão, naturalmente, tidas em conta as preocupações manifestadas sem, contudo, se deixar de

dar utilidade àquele espaço. Referiu o trabalho incansável da Presidente da Junta de Freguesia na obtenção das parcelas de terreno necessárias à obra de requalificação da rua 24 de Junho; **b)** – Quanto à intervenção do Padre Domingos disse que o diálogo, mais ou menos emotivo, é um instrumento para ultrapassar dificuldades e prosseguir o bem público. Disse, ainda, que a rua 24 de Junho está equipada com sistema de saneamento público, pelo que a sujidade das valetas só pode resultar da falta de civismo de alguns cidadãos. Sobre a vegetação, disse ser importante fazer a poda necessária, inspecionar cada exemplar para que se possa atuar em conformidade, defendendo os arruamentos arborizados; **c)** – Na sequência da intervenção do Maestro Júlio, lembrou o Projeto **Hereditas** com o objetivo de mapear o património material e imaterial do concelho de Guimarães, bem como o projeto cultural **Excentricidade** com o objetivo estratégico de criar novos palcos artísticos e culturais no concelho; **d)** – Relativamente à intervenção de Luís Soares disse que o programa educativo do concelho de Guimarães para os diferentes níveis de educação tem sido referência para outros concelhos vizinhos. -----

PELAS TREZE HORAS E DEZ MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----

Domingos Ricardo
João Paulo Exente